

Bird garante recursos para o Brasil

Diretor do banco diz que órgão participará de pacote internacional

Mônica Izaúrre
de Brasília

O diretor do Banco Mundial (Bird) no Brasil, Gobind Nankani, disse ontem que a instituição já assumiu o compromisso de participar do eventual pacote de ajuda financeira internacional ao País que está sendo discutido entre o grupo dos sete países mais ricos do mundo (G-7) e organismos multilaterais de crédito. "Vamos participar de uma maneira significativa do pacote internacional", afirmou, sem citar valores.

A disposição do Bird vai ainda mais longe: mesmo que uma ação coordenada de socorro não se concretize, o banco está disposto a conceder um "empréstimo de contingência" ao Brasil, caso o País venha a solicitar, acrescentou Nankani. Em outras palavras, se o pacote não sair, o Brasil poderá contar com uma ajuda isolada do Banco Mundial.

Para tanto, o Brasil teria de apresentar um pedido, o que não aconteceu até agora, disse Nankani. "Como parceiros de longo prazo (do Brasil), temos interesse e achamos que podemos ajudar", afirmou o diretor do Banco Mundial. Segundo ele, o empréstimo de contingência é um mecanismo de "desembolsos rápidos" já previsto nas regras do Bird. Portanto, não seria necessário criar nada novo nesse sentido.

Nankani preferiu não falar em valores. Mas revelou que o dinheiro do Bird tanto poderia ser sacado imediatamente pelo Brasil quanto poderia apenas ficar à disposição, para ser usado somente quando e se necessário. "Nós achamos que o Brasil, por ter reservas de quase US\$ 50 bilhões, não precisa dos recursos para usar, mas apenas para aumentar a credibilidade nas políticas governamentais em andamento", explicou ao comentar a segunda alternativa.

Na outra hipótese, que é a de efectiva internalização dos recursos no País, o dinheiro teria de ser usado necessariamente para "ajudar no ajuste fiscal" e não para gastos correntes ou investimentos. "O governo brasileiro pode usar os recursos para

abater dívida pública interna. Reduzir a dívida interna seria a melhor maneira de usar o dinheiro em favor do ajuste fiscal", defendeu ele.

Nankani destacou que a vantagem disso seria o barateamento do custo da dívida pública, uma vez que o governo estaria trocando dívida de juros mais altos e de prazo mais curto por compromissos mais baratos e de prazo mais longo. As condições de um empréstimo de contingência dependeriam de uma negociação entre as partes. Nas suas linhas normais de crédito a projetos, o Bird pratica prazos de 15 a 17 anos e juros que vão de 5% a 10% anuais, informou a assessoria do organismo no Brasil.

Seja isolada ou dentro de um pacote internacional, uma eventual ajuda financeira do Banco Mundial ao Brasil estará condicionada ao aprofundamento do ajuste fiscal, afirmou. Nesse contexto, o socorro internacional para tranquilizar o mercado em relação ao Brasil, vai depender, por exemplo, do programa fiscal trienal a ser apresentado ao Congresso, até 15 de novembro.

Uma eventual ajuda financeira do Banco Mundial ao Brasil estará condicionada ao aprofundamento do ajuste fiscal

A rapidez do governo em definir seu programa de ajuste de médio e longo prazos, sugeriu Nankani, vai ditar a velocidade da costura do pacote. A velocidade do ajuste, aliás, vai determinar também a retomada do processo de redução dos juros, o que, por sua vez, realimentará o processo de melhoria das contas públicas. O diretor do Bird entende que o ajuste de médio e longo prazos no Brasil depende da aprovação de reformas estruturais, como a da Previdência e a Tributária. Cortes orçamentários só resolvem no curto prazo, afirmou. Necessariamente, reconheceu Nankani, o governo precisará de apoio do Congresso para

fazer o ajuste para valer. Assim, ainda que seja difícil, o governo precisa buscar uma espécie de pacto com os políticos e a sociedade em torno do ajuste, recomendou ele. Caso contrário, o País continuará suscetível a crises internacionais, com risco de não poder voltar a crescer.

Nankani informou que as discussões sobre a montagem do pacote de ajuda internacional ao Brasil estarão sendo aprofundadas no início de outubro, nos EUA, durante as reuniões anuais do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. O ministro da Fazenda do Brasil, Pedro Malan, estará presente.

"É um coincidência boa que tenhamos esses eventos anuais daqui a algumas semanas. Vamos ter oportunidade de discutir um mecanismo não apenas para o Brasil, mas para outros países emergentes da América Latina." O diretor do Bird acredita que a ajuda será preventiva, isto é, que o Brasil não chegará a usar os recursos e que sua função será mais de tranquilizar o mercado.

Dentro ou fora do pacote, a disponibilização de recursos do Banco Mundial para o Brasil não vai prejudicar a liberação dos cerca de US\$ 8 bilhões já contratados em empréstimos para projetos no País e que serão desembolsados ao longo dos próximos quatro anos, assegurou Gobind Nankani.

Quanto a contratações futuras, Nankani informou que, se for interesse do governo brasileiro, além de emprestar recursos adicionais para reforçar as reservas cambais do País, o banco poderá realocar dinheiro de projetos de investimento para "medidas de ajuste fiscal". Uma eventual realocação, no entanto, não atingirá projetos nas áreas sociais, como educação, saúde e reforma agrária, às quais o Bird tem dado mais ênfase nos últimos anos. Seriam atingidos principalmente projetos na área de infra-estrutura, pois, nesse caso, a responsabilidade pelos investimentos pode ser transferida ao setor privado. ■

"(Leia mais nas páginas B-6 e 7)